

Os passos iniciais: o nascimento da UDN e o primeiro mandato de Afonso Arinos no partido (1945-1951)

Ramonn Rodrigues Magri

Universidade Federal de São João Del Rei
São João Del Rei - Minas Gerais - Brasil
ramonnrm@gmail.com

Resumo: Este trabalho analisa o início da trajetória de Afonso Arinos na UDN. Apresentamos o ator político, abordando a redemocratização pós-Estado Novo e a criação do partido. A partir daí, vêm os primeiros anos dele na agremiação, fazendo oposição moderada ao governo Dutra, e, especialmente, as primeiras diferenças internas com os colegas. Por fim, o crescimento da “popularidade” de Arinos entre parte de seus correligionários e como ele se comportou frente à volta ao poder do maior adversário político do partido. Ratificamos que, embora Arinos não tivesse perfil combativo, as disputas dentro e, principalmente, fora do partido o motivaram a dar sequência a sua carreira parlamentar. Temos aqui, portanto, um viés analítico que contempla aspectos cruciais na dinâmica e na conformação histórica do político, abrindo caminho para também entendermos as atitudes desse ator político.

Palavras-chave: Afonso Arinos. UDN. Udenismo.

Introdução

Nascido em 1905, numa tradicional família de políticos e intelectuais de Minas Gerais, Afonso de Melo Franco¹ sempre esteve próximo da política. Tanto que considerava sua prática menos vocação que obrigação atávica. Como seus quatro irmãos mais velhos e seus avós, formou-se em direito. Mantendo ligação permanente com o campo intelectual, no qual ganhou notoriedade, também foi professor, historiador, jornalista e escritor. Pela União Democrática Nacional (UDN), agremiação que ajudou a fundar, foi deputado federal em três legislaturas, representando Minas Gerais (de 1947 a 1958), e senador pela Guanabara (1958-1966), sendo que entre 1961 e 1962 (governos de Jânio Quadros e parte do de João Goulart) esteve à frente da pasta de Relações Exteriores.

¹ O nome Arinos foi acrescentado ainda na juventude em homenagem ao tio escritor, que pertenceu à escola regionalista e chegou a Academia Brasileira de Letras. Como seus quatro irmãos mais velhos e seus avós, Arinos (sobrinho) formou-se em direito. Mantendo ligação permanente com o campo intelectual, onde ganhou notoriedade, também foi professor, historiador, jornalista e escritor. Era neto de Cesário Alvim (deputado-geral e presidente do Rio de Janeiro durante o Império e governador de Minas na Primeira República) e de Virgílio Martins de Melo Franco (deputado provincial e senador estadual em Minas), filho de Afrânio de Melo Franco (deputado estadual e federal por Minas e ministro da Viação e do Exterior) irmão de Virgílio de Melo Franco (líder civil em 1930 e deputado constituinte por Minas Gerais em 1934). Verbete biográfico de Afonso Arinos. cf. Alzira Alves de ABREU et. al. (coord.). *Dicionário Histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 02/07/15.

Afonso Arinos se inseriu, na UDN, entre os “históricos” ou “autênticos” porque encarnava a imagem do “bacharel liberal”. O bacharelismo se caracteriza, numa chave crítica, pelo demasiado apego ao beletismo político, à retórica e ao formalismo. Além disso, os bacharéis consideravam a legalidade como o princípio mais elementar da vida política e tinham relações “fetichistas” com a lei. Por conta do domínio dessas personalidades nos primeiros anos da agremiação, a UDN ficou conhecida como o partido dos “aristocratas”, dos “cartolas”, dos “notáveis”, dos “grã-finos”, dos “bacharéis” (BENEVIDES, 1981, p. 259).

Repleto de paradoxos, o liberalismo udenista se notabilizou inicialmente pelos teores moralista, elitista e nostálgico em relação ao “antigo regime” político brasileiro, compreendido entre a Independência e a Revolução de 1930 (DULCI, 1986, p. 215). No entanto, à medida que o país se modernizava, essa conduta se convertia num discurso essencialmente autoritário. Arinos, por exemplo, no começo de sua vida parlamentar, apresentava esses traços de político sereno e cavalheiresco. Mais tarde, entretanto, ao chegar à liderança do partido, em 1952, assumiu a postura de defensor de uma “ordem”, aproximando sua conduta de um “autoritarismo instrumental” (LATTMAN-WELTMAN, 2005, p. 29).

O político ascendeu rapidamente na UDN. Até 1957 os bacharéis, “sua ala”, dominavam a agremiação. Depois de vencer uma série de resistências para chegar à liderança udenista na Câmara, Arinos se tornou o regente da “Banda de Música”. O grupo combateu incansavelmente o governo Vargas no plenário. Quando não foi possível vencer dentro das normas legais, o jurista Afonso Arinos chegou, inclusive, a jogar com as “soluções extraordinárias”, tão propaladas por uma ainda minoritária, porém incômoda facção radical da UDN: os lacerdistas. Mais habituado ao mundo político, Arinos conduziu a oposição frente ao governo de JK, vivendo os grandes momentos de sua carreira de orador.

Com Jânio Quadros, em 1960, os udenistas finalmente chegaram ao Executivo Federal. Como ministro, Arinos conduziu a chamada Política Externa Independente. Entretanto a iniciativa, assim como o governo de Jânio, não teve vida longa. Após a curta estadia no Itamarati, o então senador tentou ajudar como pôde a fim de “amenizar” a crise desencadeada pela renúncia de Quadros e que percorreu todo o governo de Jango. Mesmo isolado na UDN, Arinos acabou aderindo ao golpismo da agremiação, que culminou em março de 1964.

O ineditismo deste trabalho não está em debruçar-se sobre a trajetória política de um indivíduo que ocupou lugares privilegiados na organização do poder, mas na utilização de um aporte teórico relativamente novo e, portanto, pouco empregado em abordagens

clássicas do campo histórico. O estudo das culturas políticas na história possibilita elucidar e compreender as várias facetas do político, principalmente a origem de certas formas de agir, isto é, a maneira como se comportam os agentes políticos. Ainda sobre a categoria:

Uma das razões mais apontadas para sua retomada pela história é o fato de permitir explicações/interpretações sobre o comportamento político de atores sociais, individuais e coletivos, privilegiando-se seu próprio ponto de vista: percepções, vivências, sensibilidades (GOMES, 2007, p. 47).

No campo da história política, a emergência da noção de “cultura política” reuniu as histórias política e cultural combinando perspectivas da sociologia, da antropologia e da psicologia, enriquecendo um panorama antes “somente histórico”. Já acerca da categoria cultura política, historiadores como Jean-François Sirinelli e Serge Berstein (1998) se dedicaram a reelaborá-la. Para o segundo, especialmente, trata-se de:

Um conjunto coerente em que todos os elementos estão em estreitas relações uns com os outros, tendo por componentes fundamentais uma “base filosófica ou doutrinal”, frequentemente colocada à disposição da maior parte de seus participantes, uma leitura comum do passado histórico, uma visão institucional que se traduz através de uma organização política, uma concepção de sociedade ideal, um discurso codificado com vocabulário próprio, além de ritos e símbolos que estabelecem um plano para a cultura política em questão (BARROS, 2012, p. 36).

Tal definição é particularmente importante para o objeto deste trabalho porque auxilia o historiador interessado no problema fundamental das intenções do político. Nessa direção, as culturas políticas e seu estudo servem para “compreender as motivações que levam o homem a adotar este ou aquele comportamento político” (BERSTEIN, 1998, p. 359); bem como descobrir as origens e escolhas dos indivíduos por meio do discurso, dos argumentos e do gestual, estabelecendo, conseqüentemente, “uma lógica a partir de uma reunião de parâmetros solidários, que respeitam ao homem por uma adesão profunda” (BERSTEIN, 1998, p. 362).

Aplicando a categoria, tem-se a perspectiva de “resgatar o político através do estudo da tradição, das sobrevivências, das continuidades que atravessam a ideologia dos governantes, o pensamento político e a mentalidade comum” (FERREIRA, 1992, p. 269). Sendo assim, podemos apontar quatro pressupostos básicos ao entendimento do historiador francês: as culturas políticas ocupam um lugar particular no espaço que a historiografia reserva hoje ao fenômeno cultural; o campo de aplicação delas, entretanto, inscreve-se no político; em determinadas circunstâncias históricas, uma cultura política pode se tornar dominante frente às demais; e por último, mas não menos importante, o fato de serem resultantes de uma multiplicidade de fatores, não constituindo, portanto, uma mensagem unívoca (DUTRA, 2001, p. 25-26).

Também vem ao encontro do enfoque temático aqui proposto a retomada do interesse da historiografia pelo estudo dos partidos políticos. A respeito do poder no interior das agremiações, um dos problemas-chave é saber quem de fato o detém. Já sobre a base doutrinária e ideológica de um partido, “para a maioria dos membros, (...) não é algo evidente. Na maioria dos casos, é sob a forma de uma cultura política difusa que a ideologia se impõe aos membros de uma formação” (BERSTEIN, 2003, p. 88). Outro aspecto fundamental é o papel decisivo dos partidos, especialmente os do “Terceiro Mundo”, na seleção das elites políticas, mobilização das massas, difusão das ideologias e, sobretudo, na estruturação social.

Afonso Arinos e a construção de si

Após mais de dez anos produzindo os três volumes da biografia de seu pai, *Um estadista da República*, Arinos passou a escrever suas próprias memórias. Nos quatro livros – *A Alma do Tempo* (1961), *A Escalada* (1965), *Planalto* (1968) e *Alto-mar, maralto* (1976) – construiu uma ampla narrativa, onde documentou pormenores de sua vida pessoal, bem como de sua carreira política, que aqui importa em seus três primeiros volumes, pois abarcam o período em que esteve na UDN. Por intercalarem acontecimentos de passado e presente, essas obras podem ser consideradas tanto relatos autobiográficos quanto registros de diário pessoal. Como escreveu simultaneamente com o desempenho da atividade político-parlamentar, o autor datava o que registrava e, além de seguir cronologicamente a narrativa memorialística, também abordava situações que estava vivenciando. Embora salientasse que queria fazer literatura, e não historiografia, Arinos construiu uma imagem de si em suas memórias. Tratava-se, portanto, de um sujeito que atribuiu a si mesmo a prerrogativa de gestão da própria imagem, tornando-se a própria fonte do material biográfico que produziu (GRILL, 2015, p. 34).

Hoje as fontes biográficas são muito valorizadas pela historiografia, em especial nos estudos de história política. Mas nem sempre foi assim. Desde os *Annales*, nos primeiros anos do século passado, e principalmente a partir dos estudos marxistas das décadas de 1960 e 1970, a história política, tal como praticada até o século XIX, foi alvo de severas críticas. Tachada de alienante e elitista por não contemplar a opressão por que passavam as massas, ainda era acusada de ser “psicologizante, biográfica, qualitativa, narrativa e factual”, portanto idealista, uma vez que “não teria condições de atingir a natureza da ‘realidade

social', na medida em que era prisioneira de fatos superficiais e atitudes individuais, de análises estreitas e descrições lineares". (MOTTA, 2000, p. 108)

A emergência de uma história científica, com rigor metodológico, fez com que o método biográfico, associado à literatura, sem compromisso com a "verdade histórica", passasse a ser desprezado. Por isso a relação entre historiador e biografado era considerada especialmente problemática já que o envolvimento sentimental poderia comprometer a crítica e a distância entre pesquisador e objeto.

Porém a renovação do político nas últimas décadas voltou a fomentar o uso de relatos biográficos e autobiográficos. Pode-se resumir a situação dizendo o seguinte: "se crise da história política produziu a queda da biografia, a volta triunfal do político levou à sua ascensão" (MOTTA, 2000, p. 110). Ao reconstruir a trajetória de certos atores, a biografia, distanciada de abordagens simplificadoras e reducionistas, nos oferece as possibilidades de esclarecer o campo de ação do indivíduo no meio social e de pensar a respeito do limite de racionalidade do ator histórico.

Entre os caminhos básicos, aqui especialmente indispensáveis, para o pesquisador que trabalha com fontes biográficas, em relação ao indivíduo/objeto, destacamos: 1) como é famoso, deve-se saber o que já foi escrito sobre ele e, a partir daí rever a imagem que foi estabelecida; 2) aceitar sua subjetividade; 3) atentar-se aos condicionamentos sociais; 4) saber que o percurso não é linear, embora a cronologia seja. No sentido de um dos objetivos desta pesquisa, que é entender o comportamento de um ator histórico, é raro que as justificativas das decisões do indivíduo fiquem documentadas, conseqüentemente "poucas vezes pode-se acompanhar os desafios decisórios, em momentos de conflito, as hesitações e dúvidas. Mas é preciso ter em mente que esses existiram" (BORGES, 2014, p. 224).

Quando examinamos memórias, verificamos determinadas características desse tipo de produção, como os mecanismos adotados, conscientemente ou não, pelo indivíduo ao engendrar a si mesmo e os embates, omissões, oscilações e imagens que projeta para o futuro. As de Afonso Arinos, em particular, são produções em que notamos estratégias simbólicas de exposição de si e de suas qualidades, além de definições acerca da profissão política e suas peculiaridades (GRILL, 2015, p. 22). O autor, porém, não classifica seu relato como autobiografia, tampouco memória histórica. Trata-se, segundo ele, de um "autorretrato". Este, diferentemente de uma autobiografia, onde se constrói uma personalidade, seria a revelação de um sujeito. Isto se daria:

Não mediante o desnudamento direto de uma alma, mas pelo funcionamento de um espírito, de uma inteligência, que assistimos descrevendo, interpretando ou julgando paisagens, situações, seres e ideias que impressionaram o decurso, ora tranquilo, ora tumultuoso, de uma vida (ARINOS, 1961, p. 7).

A transição democrática e a frente udenista

No início da década de 1940 começaram a surgir diversas manifestações de oposição ao Estado Novo. O regime chegava ao esgotamento político. Os protestos estudantis, conduzidos pela UNE, já se multiplicavam em 1942. Entre grupos liberais, de caráter civil e militar (ex-tenentes e egressos da Força Expedicionária Brasileira - FEB), são organizadas a “Liga de Defesa Nacional”, e a “Sociedade Amigos da América”, onde Afonso Arinos se integrou em janeiro de 1943. Além da redemocratização do país, a organização, que teve vida curta – foi fechada no ano seguinte –, também defendia a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial junto aos Aliados.

Em 24 de outubro do mesmo ano, por iniciativa de Afonso Arinos, com as colaborações de seu irmão Virgílio, de Odilon Braga, Milton Campos, Pedro Aleixo, Luís Camilo de Oliveira Neto, Dario Magalhães e outros intelectuais e políticos liberais, veio a público a primeira manifestação efetivamente política contrária à ditadura de Getúlio Vargas: o Manifesto dos Mineiros. Naquelas circunstâncias, o documento teve sua importância porque, além de pioneiro, também foi ostensivo, coletivo e chancelado por figuras que representavam elites liberais. Arinos (1961, p. 397) pensou numa “grande manifestação liberal, de hostilidade à ditadura, partida de Minas Gerais”.

O texto celebrava eventos ligados a lutas liberais da história política de Minas Gerais, como a Conjuração Mineira e movimento de Teófilo Otoni. Exigia-se um estado de bem-estar e o retorno das liberdades individuais. Não foram aventados, contudo, problemas como a ampliação de direitos trabalhistas, liberdade sindical ou a participação política de mais camadas da população – questões essenciais a serem enfrentadas numa nova democracia. Ou seja, almejava-se, sobretudo, maior espaço para as próprias elites nos espectros político e econômico da sociedade.

A reação de Getúlio foi imediata. Seu governo aplicou sanções aos signatários pressionando empresas privadas a demitir alguns e dispensando ou aposentando compulsoriamente os que atuavam no setor público, caso de Afonso Arinos (1961, p. 402), que à época trabalhava no Banco do Brasil. Não houve, porém, a habitual repressão violenta. Era um protesto de diferenciados! Assim, embora não tenha sido um grande ataque ao poder

e nem tenha alcançado grande repercussão na época, o manifesto abriu caminho para uma iniciativa mais ampla.

No início de 1945, o regime de Vargas, já muito desgastado por conta das manifestações internas e pelo agravamento da situação internacional – a queda do nazifascismo na Europa era irreversível –, sofreu dois grandes ataques: o Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores, no mês de janeiro, em São Paulo, com a participação de Arinos, cobrou o retorno das eleições e das liberdades democráticas; dias depois, a entrevista do escritor José Américo de Almeida, candidato de uma malsucedida campanha à presidência oito anos antes, ao *Correio da Manhã*, reivindicando eleições justas. A entrevista conseguiu “driblar” a já abalada censura do governo, cujo órgão era o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), o que demonstrava o avanço das oposições. Vencida a censura, os ataques da imprensa, em sua maioria contrária a Getúlio, ficaram cada vez mais fortes (SKIDMORE, 2010, p. 82).

Ambas as manifestações se tornaram marcos da guerra contra o Estado Novo. Vargas perdia rapidamente as bases que sustentavam seu poder. Não havia condição política para se manter na presidência. Logo seu governo teve que ceder. Tomou uma medida que acenava para a reorganização dos partidos políticos. Foi publicado um “ato adicional”, à guisa de emenda à Constituição de 1937, indicando que em noventa dias as eleições seriam marcadas por decreto. A chamada “Lei Agamenon” foi publicada em 28 de maio de 1945: “pela primeira vez na história republicana adotou-se como condição obrigatória para o registro de qualquer agremiação partidária seu caráter nacional” (DELGADO, 2003, p. 134).

Entretanto, antes mesmo de Getúlio divulgar o ato, já havia um candidato lançado à presidência: o Major-Brigadeiro Eduardo Gomes. Em torno deste, mas principalmente em torno do inimigo comum, o ditador Vargas, reuniram-se vários setores das elites, oligárquicas e liberais, compondo uma verdadeira frente política. Em 7 de abril de 1945 foi fundada a União Democrática Nacional (UDN). Extremamente heterogênea, sua composição inicial contava, basicamente, com cinco segmentos: oligarquias alijadas do poder em 1930; ex-aliados de Vargas, afastados após 1930 ou em 1937; participantes do Estado Novo; membros das esquerdas; e grupos liberais com forte identificação regional (BENEVIDES, 1981, p. 29). Arinos (1961, p. 410), cuja família se incluía no último seguimento, sugeriu o nome do partido – o “primeiro a romper das trevas” – acreditando que aquela “fusão dos contrários” era consequência da Segunda Guerra, que também reuniu forças diferentes para combater o mesmo oponente.

O elo entre segmentos tão diversos, e até antagônicos, era apenas um: o combate ao ditador. Já na cerimônia de fundação, que lotou o salão da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), percebia-se, em meio à agitação da assembleia, a “variada composição, que ia, de certa forma, dos conservadores à extrema esquerda” (ARINOS, 1961, p. 411). Mas os entendimentos para a organização da campanha já tinham começado há cerca de um mês. Os maiores responsáveis foram Juraci Magalhães e Virgílio de Melo Franco, políticos de renome nacional e que foram ligados ao tenentismo². Eduardo Gomes era visto como o candidato mais adequado para uma tentativa de união nacional porque era militar de alta patente, reconhecido como herói, e tinha o nome associado a lutas democráticas³. Todavia as reuniões clandestinas e a candidatura do Brigadeiro já estavam sendo preparados desde o fim do ano anterior. Por isso, Arinos (1961, p. 412) sustenta que quando saiu a entrevista de José Américo “a ossatura udenista já estava formada”.

Paralelamente, um novo ator apareceu no cenário político nacional: os trabalhadores. Temerosos de que, na ausência de Vargas, os direitos da legislação social fossem perdidos, aqueles que “queriam o presidente” foram às ruas. O “povão” exigia a candidatura de Getúlio. Contando com o apoio velado de empresários, do DIP e do Ministério do Trabalho, os queremistas causaram muito incômodo para a campanha oposicionista. A partir de abril, com a oficialização da UDN, os conflitos nos comícios do partido se intensificaram. Em 3 de setembro, limite para se candidatar, Vargas não o fez. Apesar da desilusão, os queremistas logo adotaram uma bandeira encampada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) no mês anterior, a da “Constituinte com Getúlio” (FERREIRA, 2003). No entanto, o movimento também não logrou êxito neste objetivo, como veremos adiante.

A partir da “Lei Agamenon” também surgiram outras duas importantes agremiações: o PSD e o PTB. O Partido Social Democrático (PSD) agrupou ex-interventores, camadas médias urbanas e, principalmente, membros de oligarcas regionais. O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), por sua vez, reuniu operários, sindicalistas e funcionários públicos em torno do Ministério do Trabalho (DELGADO, 2003, p. 138-144).

² Juraci Magalhães e Virgílio de Melo Franco só romperam com Getúlio a partir do golpe que originou o Estado Novo. Militar de carreira, o primeiro teve atuação decisiva durante a Revolução de 1930 ao lado de Vargas. Assim, já no ano seguinte, foi nomeado interventor na Bahia. O segundo também atuou junto aos revolucionários, mas na condição de “tenente-civil”. Verbetes biográficos de Juraci Magalhães e de Virgílio de Melo Franco. cf. Alzira Alves de ABREU et. al. (coord.). *Dicionário Histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 27/05/16.

³ Havia participado da Revolta dos 18 do Forte e da Segunda Guerra Mundial. Verbetes biográficos de Eduardo Gomes. cf. Alzira Alves de ABREU et. al. (coord.). *Dicionário Histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 08/07/15.

Nenhuma das candidaturas apresentadas mobilizou os eleitores, sobretudo os das camadas mais pobres da população. A do General Eurico Dutra (PSD), ex-ministro da Guerra de Vargas, reduziu o apoio a Eduardo Gomes entre o oficialato. O aguardado decreto foi publicado em 28 de maio, marcando as eleições para 2 de dezembro de 1945. No mês seguinte, o presidente decretou uma lei de combate aos trustes e cartéis, democratizando, assim, também a economia. Isso, contudo, só uniu ainda mais os opositores liberais contra Getúlio. Menos de dois meses antes do pleito, no entanto, Vargas apresentou outro decreto, dessa vez mudando o regulamento eleitoral. De acordo com o documento, as próximas eleições estaduais e municipais seriam antecipadas, coincidindo com as nacionais. Tomada às vésperas da votação, a medida causou suspeitas de que o ditador manobrava para continuar no poder. Segundo Arinos (1961, p. 418), “Getúlio e Agamenon tentaram anarquizar o processo eleitoral”.

Na sequência, as manifestações civis e militares por conta do retorno da FEB e o discurso de Adolf Berle Junior, embaixador dos Estados Unidos, cobrando a redemocratização do Brasil fortaleceram ainda mais as oposições. A gota d’água, para os militares, foi a substituição de João Alberto, chefe de polícia do Distrito Federal, por Benjamin Vargas, irmão do presidente. A partir daí Getúlio ficou encurralado. Como se recusou a cancelar a nomeação, o General Góes Monteiro, então Ministro da Guerra, o depôs em 29 de outubro. O militar teve uma série de encontros com Virgílio Melo Franco, então secretário geral da UDN, nos quais dava as garantias das Forças Armadas de que o pleito ocorreria “democraticamente” (MELO FRANCO, 1946, p. 35-43).

No dia seguinte, Getúlio se retirou do Palácio do Catete seguindo direto para São Borja (RS). Diante do vazio de poder, Góes Monteiro indica José Linhares, presidente do STF, para assumir o cargo máximo da República. Antes da indicação, porém, os então candidatos à presidência, Eduardo Gomes e Eurico Dutra, foram consultados e concordaram com a escolha. A decisão veio ao encontro dos anseios dos caciques da UDN, que pregavam, na ocasião, “todo poder ao judiciário”. Linhares, por sua vez, confirmou a data da eleição e revogou a “Lei Malaia” (BENEVIDES, 1981, p. 57).

Em agosto a UDN ratificou eleitoralmente o nome do Brigadeiro. A “campanha da libertação” ou “campanha do lenço branco”, como ficou conhecida, era uma homenagem à luta de Teófilo Otoni durante o Império. Arinos, que ocupava a secretaria de imprensa do partido, enxergava proximidade entre as iniciativas, mas lamentava pela do seu candidato não ter frutificado:

O movimento liberal, ressurreto sob a liderança de Otoni, não se cristalizou logo no partido, nem se poderia cristalizar sem um período prévio de sedimentação. O

que predominava então era o impulso sentimental, a paixão confusa e indefinida, a alma da rua. O lenço branco do serrano adejava sobre as multidões como uma asa de esperança imprecisa. Mais de oitenta anos depois, outro lenço branco, o de Eduardo Gomes, arrastaria novas multidões na luta contra uma ditadura poderosa, sem que isso implicasse também na formação imediata de uma firme consciência partidária (ARINOS, 1974, p. 41).

Eduardo Gomes contou com ampla cobertura da imprensa. Os principais jornais do país apoiaram a sua candidatura e acreditaram na vitória udenista. O clima era de otimismo, uma vez que Vargas não apoiava Dutra. Além da elite política brasileira, setores da intelectualidade, de camadas médias e das forças armadas também se envolveram na campanha, porém o mesmo não ocorreu entre as camadas menos abastadas da população. A poucos dias do pleito, um episódio foi decisivo para reduzir a já pequena popularidade do Brigadeiro entre os eleitores mais pobres. O líder queremista Hugo Borghi anunciou em diversas rádios o boato de que Gomes teria declarado, em discurso, que rejeitava o voto de “marmiteiros”. Estava lançada a “maldição” (FERREIRA, 2003, p. 39). Rapidamente a ideia de que o candidato da UDN desrespeitou um símbolo do trabalhador se espalhou pelo país. Para Afonso Arinos (1961, p. 413), a articulação da campanha não reagiu a tempo de desmentir a calúnia.

Já constavam na plataforma da campanha do lenço branco temas que se tornariam marcas do partido, como as liberdades formais, o papel das forças armadas, o conservadorismo acerca de questões morais e referências saudosistas idealizando eventos históricos. Por um lado, a defesa de um modelo econômico de conciliação entre livre iniciativa, Estado e capital estrangeiro seduziam os liberais. Já entre as propostas apresentadas que atraíram setores progressistas figuravam a possibilidade de intervenção estatal na economia, isonomia do capital nacional frente ao estrangeiro, liberdade sindical, direito de greve, ensino público gratuito, previdência social e divisão de propriedades rurais improdutivas.

O programa de primeira hora udenista justificava, portanto, o apoio dos liberais “modernos” ou de esquerda, mas não o das elites de raízes oligárquicas ou vinculados a interesses econômicos naturalmente opostos a uma abertura às classes populares. Algo estava fora do lugar: ou o programa da UDN ou certos grupos que nela ingressaram (BENEVIDES, 1981, p. 53).

O Brigadeiro ficou, no fim, em segundo lugar nas eleições, com 35% dos votos. O vencedor, com 55%, foi o General Dutra (PSD), que em troca do apoio de Vargas e do PTB, prometeu conceder a pasta do Trabalho a este partido e a manter a legislação social. Mostrando a capacidade de sua “máquina eleitoral”, a agremiação do novo presidente ainda foi majoritária nas eleições legislativas. Entre os quatro maiores partidos, o PSD ficou com

42% das cadeiras do Congresso, a UDN, com 26%, o PTB, 10% e o PCB, 9%. O candidato à presidência que corria por fora, Yedo Fiúza, do PCB, conseguiu cerca de 10% dos votos (SKIDMORE, 2010, p. 97).

Afonso Arinos revelou que se sentiu obrigado a se candidatar a uma vaga no Congresso, que se reuniria na qualidade de Assembleia Nacional Constituinte, devido à insistência de seu irmão, que, mesmo dado como favorito, havia desistido. Entre as razões disso estavam o desapego, o altruísmo, “o empenho de me empurrar, a confiança em mim. Havia também uma certa desconfiança em suas próprias possibilidades, em face das exigências da função, pois ele sabia que não era jurista, nem orador” (ARINOS, 1961, p. 418). Apesar dos esforços de Virgílio, que gozava de enorme prestígio em Minas, Arinos ficou no último lugar da lista, com aproximadamente nove mil votos. Embora tente mostrar indiferença dizendo que não fez campanha eleitoral em seu estado porque não se sentia preparado, o autor ressalta que manobraram contra ele dentro do comando udenista:

A candidatura de Virgílio encontraria dentro da máquina partidária mais respeito do que a minha. Contra mim, desconhecido no meio político mineiro, considerado um escritor afastado dos cochichos e corrilhos, era muito mais fácil levantarem-se as barreiras algodoadas da resistência montanhesa (ARINOS, 1961, p. 420).

A ação, que dispunha de “provas evidentes”, mas não é bem elucidada em suas memórias, o teria prejudicado nas eleições suplementares, ocorridas em alguns municípios, em favor de Licurgo Leite, que seguiu para a Constituinte. Magoado, Arinos (1961, p. 421) declara, anos mais tarde, que quem entrava era o jovem advogado Leite, enquanto ele, então com dez “inúteis” trabalhos de direito constitucional, ficava de fora.

Oposição moderada e primeiras diferenças internas

Em função de suas próprias contradições, a frente que constituiu inicialmente a UDN logo se desintegrou. As dissidências começaram ainda em 1945. Em agosto, o grupo mineiro, próximo de Artur Bernardes, saiu para refundar o Partido Republicano (PR), e os gaúchos, liderados por Raul Pilla, organizaram o Partido Libertador (PL); no mês seguinte, Ademar de Barros abandonou o partido e fundou o Partido Republicano Progressista (PRP), em São Paulo (BENEVIDES, 1981, p. 47). Em 1946 foi a vez dos socialistas, que formavam uma ala, a Esquerda Democrática, conferirem-lhe autonomia transformando-a em partido. A frente tinha perdido, de fato, sua razão de ser. Arinos (1961, p. 411),

paradoxalmente, atribui o esfacelamento da organização ao alcance da única meta que a mantinha unida, a derrota de Vargas:

Nos nossos quadros se acolhiam homens tão diferentes, representativos de tradições e tendências tão heterogêneas como Artur Bernardes, Otávio e João Mangabeira, Ademar de Barros, Caio Prado Júnior, além do grupo liberal-democrático que se constituiu mais tarde no núcleo da verdadeira UDN. Era curioso ver Eduardo, herói de 1922, candidato de Bernardes, o símbolo do sistema contra o qual ele jogara a vida. Ver Ademar, criatura de Vargas, inscrito na legião dos que o queriam destituir do longo consulado. Ver o marxista Caio Prado identificado com os propósitos do católico Luís Camilo.

O General Eurico Dutra tomou posse em 30 de janeiro de 1946. As atenções, porém, estiveram voltadas para a Assembleia Constituinte até setembro. No dia 18 deste mês foi promulgada a nova Carta Magna dos Estados Unidos do Brasil. Na sequência, a Assembleia se tornou Congresso ordinário e foram convocadas eleições complementares de âmbito estadual, constituintes e de chefes de governo. Para a disputa de Minas Gerais apareceu, “espontaneamente”, entre alguns grupos da UDN, o nome de Virgílio. Este, porém, não se interessou pela empreitada. A escolha seria entre um candidato de união ou um de enfrentamento com os demais partidos. Eleita a primeira opção, o irmão de Arinos é de fato excluído. Milton Campos, então deputado federal, foi lançado candidato. Os irmãos Melo Franco entraram com afinco na campanha. Arinos fez o discurso inaugural na sessão plenária da convenção do partido. O momento era difícil. Venceslau Brás, que teve o nome cogitado pela UDN, aliou-se ao PSD e ainda assim foi lançado por alguns diretórios udenistas do sul de Minas. Embora o favoritismo estivesse com Campos, os que divergiam de seu nome estavam presentes no auditório. Com um discurso elogioso aos adversários, Arinos (1961, p. 424) conseguiu “ganhá-los”.

Conforme os prognósticos, Milton Campos é eleito governador em janeiro de 1947. Afonso Arinos, seu suplente, assume a vaga na Câmara em março, ainda nas sessões preparatórias. Para Virgílio, a conquista apagou a sensação de “inapetência política” oriunda da derrota do irmão na eleição anterior. Arinos, por outro lado, relatando o episódio treze anos mais tarde, revela sensações contraditórias. Certo desdém ao dizer que, quando recebeu a notícia, sentiu um “vago, indefinível desgosto”, pois “desejava o que não queria”, mas, em seguida, enaltece a posição que ocuparia: “Eu era o oitavo de meu sangue que, entre o Império e a República, vinha representar o povo mineiro na casa do povo brasileiro (...) Esforçava-me por ouvir as velhas vozes, que haviam reboado naquele glorioso palco da história nacional” (ARINOS, 1961, p. 427).

O governo Dutra se desenrolou num cenário de reestruturação pós-guerra. Vargas deixou um Executivo muito ampliado, o que em certa medida foi mantido, e o Brasil ganhou

a sua quarta Constituição republicana. Estabeleceu-se uma coalizão partidária envolvendo PSD, PR e UDN. Contando com o beneplácito de grande parte do empresariado e de outras camadas conservadoras, Dutra atacou violentamente os focos oposicionistas. O “legalismo autoritário” de seu governo atendia aos anseios das elites na medida em que mantinha a ordem política. Entre 1946 e 1947, manifestações populares foram reprimidas, entidades sindicais, como o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT), sofreram intervenções e uma das medidas mais autoritárias foi a cassação do registro eleitoral do PCB (SKIDMORE, 2010, p. 98).

Dias após assumir a cadeira na Câmara, Afonso Arinos é indicado por Prado Kelly, líder da bancada, para a Comissão de Constituição e Justiça. Kelly e Soares Filho, ambos representantes do Estado do Rio de Janeiro, eram destaques da UDN. Analisando especialmente o comportamento dos dois colegas fluminenses, Arinos (1965, p. 48-51) sustenta que o primeiro era “a expressão mais genuína do bacharelismo udenista”, enquanto o outro, ao contrário, era “mais político que bacharel”. Logo se constituiria, no partido, a chamada “ala dos bacharéis”. A natural inserção de Afonso Arinos entre os “bacharéis liberais” se deve não apenas à sua formação, mas também por pregar um liberalismo conservador. Tendência político-intelectual da qual Rui Barbosa é figura central, o “bacharelismo liberal” formou-se no decorrer do Segundo Reinado (SALDANHA, 1979, p. 94-122). Trata-se de uma linhagem política

menos realista e mais retórica, aberta aos influxos do liberalismo francês, às teses do positivismo “liberal” de John Stuart Mill (1806-1873), à crítica às instituições tradicionais, inspirada no liberalismo radical de Thomas Paine e na tradição portuguesa de menosprezo pela monarquia, ensejada pelas Conferências do Casino (1871), sensível também aos temas do liberalismo norte-americano e conhecedora, de outro lado, das fontes do direito romano e do direito canônico (RODRÍGUEZ, 1989, p. 167).

Os bacharéis abominavam extremismos e temiam a mudança. “Quando pecam (...), o fazem antes por excesso de acomodação, nunca por radicalismo” (BENEVIDES, 1981, p. 260). Defendiam, portanto, a ordem como valor supremo, apegando-se ao formalismo da lei. O próprio Afonso Arinos (1965, p. 49) corrobora essa tese:

Daí o bacharel ser levado, por hábito e por gosto, à defesa das fórmulas consagradas, à imutabilidade das estruturas, à solidariedade com os sistemas criados, numa palavra – e sem o menor sentido pejorativo – ao conservadorismo que é, em geral, bem distinto do reacionarismo.

Concentrado nos trabalhos da Comissão, Arinos não foi muitas vezes à tribuna em seu primeiro ano de mandato. Falava apenas “quando necessário”. Bem ao estilo bacharelesco, apreciava discursos com temas históricos e panegíricos, que não envolviam política partidária e administração, sendo, portanto, menos suscetíveis a controvérsias. A

principal intervenção do parlamentar no período foi em defesa de Milton Campos, a pedido do próprio governador de Minas, contra pessedistas e comunistas “interessados em diminuir seu prestígio” (ARINOS, 1965, p. 98).

Em breve, porém, se viu envolvido nas duas principais querelas que agitaram seu partido, bem como o próprio governo Dutra: os debates em torno do Acordo Interpartidário e da cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas. Tais episódios e circunstâncias são estratégicos por permearem a trajetória de Arinos constituindo uma problemática fundamental: a presença de uma cultura política⁴ bacharelesca e liberal nas tensões recorrentes que marcaram as relações do ator político com “sua” própria bancada e com “as várias UDN’s”, ou seja, com os diversos outros agrupamentos do partido⁵.

À medida que o tempo passava, as fissuras que minavam a coesão interna da UDN só cresciam. Virgílio de Melo Franco, um dos principais ideólogos do partido da “eterna vigilância”, acreditava, a despeito da perda da eleição de 1945, que a agremiação não teria fracassado em seus objetivos. Para ele, a redemocratização do Brasil, com a derrubada do Estado Novo e a eleição da Constituinte eram indícios do prestígio da UDN. Otimista, todavia, intransigente, era contra qualquer aproximação com o governo Dutra, questão que se tornaria um divisor de águas na trajetória do partido (BENEVIDES, 1981, p. 59). A maior parte dos integrantes da UDN, no entanto, pensava diferente, inclusive seu irmão. Arinos considerava a desagregação inevitável, visto que só houve unanimidade em relação ao período anterior e eram muitas as reivindicações diante do que começava.

O aborrecimento pela derrota numa disputa em que eram favoritos deixou muitos udenistas inclinados a participarem do governo. Quando a Constituinte foi encerrada, em setembro de 1946, a direção nacional aceitou negociar com Dutra. Os Ministérios das Relações Exteriores e da Educação e Saúde ficam com o partido e o da Agricultura com o aliado PR. A partir daí a “adesão” e suas implicações passaram a ser discutidas pelos dirigentes de PSD, UDN e PR. Deve-se levar em conta que a UDN ainda não era efetivamente um partido, mas uma frente. Por isso o momento era de indefinição. A oscilação nas posturas ia da resistência de Virgílio, passava pelo bacharelismo de Prado Kelly e do próprio Arinos e chegava ao adesismo de Otávio Mangabeira e Juraci Magalhães (BENEVIDES, 1981, p. 70).

⁴ Aqui entendida de acordo com BERSTEIN, 1998.

⁵ Referimo-nos aqui à existência de diversas alas e correntes dentro de um mesmo partido. Ver sobre isso: BENEVIDES, 1981, p. 209-240.

Visando garantir maioria para aprovar matérias que interessavam ao governo e, além disso, isolar politicamente o PCB, Dutra incentivou a aproximação entre PSD, UDN e PR, que em 22 de janeiro de 1948 assinaram o Acordo Interpartidário. Aprovado por quase todos os membros do Conselho e do Diretório nacionais da UDN, a medida previa que os esforços seriam no sentido de manter a estabilidade política. Mas a decisão representou, sobretudo, a vitória de setores com visão política mais tradicional. Davam sequência direta aos formalistas da Primeira República, preocupados somente com a alternância entre os próprios donos do poder. “Nessa perspectiva, seu cálculo político, visando a ganhos imediatos, combinava-se com a concepção que tinham do papel da UDN, nova versão dos movimentos liberal oligárquicos do período anterior a 1930” (DULCI, 1986, p. 93).

Contrariado, Virgílio, que idealizava um “partido de centro inclinado para a esquerda”, abandona a secretaria geral do partido. Segundo ele, a UDN estaria arruinada se declinasse do papel de oposição: “a unidade só serviria de pretexto à concentração de todas as forças nas mãos dos ditadores” (MELO FRANCO, 1946, p. 9). Arinos, porém, via a questão de outra maneira. Numa comparação de espíritos em que seria o “de pensamento”, “de contemplação”, enquanto o irmão era o “participante”, “de ação”, diz que, em relação à UDN, Dutra era quase inofensivo e que deviam “tratá-lo politicamente bem”, evitando, dessa forma, o “mal” que lhe parecia “mais próximo e mais temível, o ressurgimento do caudilho Vargas, então amoitado e silente no pampa” (ARINOS, 1961, p. 293). Virgílio, assim como o brigadeiro Eduardo Gomes, duvidava de Getúlio, apostando que o perigo era o então presidente e que somente a oposição a ele faria a UDN crescer. Reconhecendo seu “presságio”, mas ao mesmo tempo explicando sua omissão, Arinos (1961, p. 294) sustenta: “eu via justo e certo, mas não tinha as qualidades necessárias para impor o meu ponto de vista”.

Ainda em 1946, notando deficiências na legislação constitucional, o deputado sugere a criação de um órgão especializado bicameral. O projeto teve dificuldade para tramitar porque as duas casas do Congresso desejavam a chefia do órgão. “Questões pessoais” e “de prestígio” teriam obstruído o andamento da proposta. Outro problema foi a “campanha de resistência” motivada por colegas que não conseguiram fazer parte da Comissão. Arinos (1965, p. 102) salienta que, no final das contas, pôde colaborar para melhorar os trabalhos da casa. Reclama, porém, que vivenciou quatro meses em meio a “futricas” que lhe deram uma péssima amostra de como eram os bastidores do Legislativo.

No início do ano seguinte, um episódio revelou o descompasso entre a postura de Arinos e a de outros colegas em relação ao governo. Em abril, o político é designado relator

de uma comissão organizada pela UDN com o fim de avaliar uma reforma eleitoral, colocando a posição do partido e sugerindo emendas. Atraído pelo estudo da matéria e com vontade de “mostrar serviço” diante de dois colegas peritos em direito eleitoral, o senador João Vilasboas e o deputado Soares Filho, o parlamentar se inclinou pelo lado político da questão, apresentando-a numa acepção mais generalizada. Chefes políticos, os correligionários, no entanto, tinham outras intenções: “preocupavam-se, no momento, mais com assuntos referentes ao mecanismo eleitoral – matéria vital para a defesa de nosso partido opositor e o aumento do seu potencial representativo”, minimizou Arinos. No fim de 1947 já se encontrava plenamente ambientado na Câmara e forte em Minas Gerais, uma vez que seu irmão era influente junto ao amigo governador e tinha “incontestável liderança” na UDN, porém mal recebida em “certos círculos” do partido (ARINOS, 1965, p. 104).

Na configuração política do governo Dutra, o PCB, então Partido Comunista do Brasil, era o maior adversário do presidente. O cenário de carestia e a aproximação do país com o capital estrangeiro eram os principais alvos de críticas. Além disso, os comunistas dispunham de vários canais de comunicação e participavam cada dia mais das lideranças dos sindicatos operários. Refundado, o PCB era o maior partido comunista da América Latina. O crescimento da agremiação era nítido: expressiva votação nas eleições de 1945 e afirmação nas eleições complementares de 1947, quando ganhou ainda mais espaço. Sentindo-se ameaçado e percebendo o contexto internacional oportuno – limiar da Guerra Fria –, Dutra reagiu. Contando com o apoio da cúpula do Exército, sustentáculo de um violento anticomunismo desde o levante de 1935, o presidente demite todos os funcionários sabidamente ligados ao PCB. A ofensiva, entretanto, não parou por aí (SILVA, 2009, p. 62-72). O TSE cassou o registro de funcionamento do PCB em 7 de maio de 1947. Mas os passos iniciais a fim de alijar os comunistas da legalidade partidária foram tomados ainda na constituinte de 1946. O texto incorporou a emenda apresentada por Clemente Mariani, e assinada por vários outros udenistas, que vedava o funcionamento de organizações “antidemocráticas”.

Tão logo a Constituinte foi encerrada, os debates em torno da possibilidade de cassação dos mandatos dos parlamentares do PCB, então ilegal, se acirraram. Em seguida, o advogado geral da União invocou a cláusula de Mariani junto à Justiça Eleitoral. Quem também tinha interesse no caso era o PTB. Originalmente anticomunista, o partido disputava com os comunistas o voto da mesma fatia do eleitorado. Na cassação, portanto,

houve também esse elemento “não-ideológico”, pragmático: a herança dos votos urbanos e operários (DELGADO, 2003, p. 134-144).

Classificando a cassação como “um dos mais graves episódios da história parlamentar brasileira”, Arinos (1965, p. 106) atribuiu a manobra fundamentalmente a imposições militares. Segundo ele, “as causas desse movimento eram várias, mas a principal se situava fora do meio político e tinha raízes na mentalidade dos altos círculos militares que compunham os colegas, amigos e conselheiros íntimos do general-presidente”.

Depois de tentativas malogradas no Judiciário e no próprio Legislativo, o senador Ivo de Aquino (PSD-SC) apresentou o projeto que determinava a cassação dos mandatos como consequência do cancelamento do registro. Em seguida, a UDN criou uma comissão jurídica para analisar a matéria. Além de Arinos, os senadores Ferreira de Sousa, Aluísio de Carvalho e Artur Santos e os deputados Plínio Barreto e Soares Filho compunham o grupo. Em 25 de agosto apresentam um parecer, “sucinto, mas excelente”, considerando inconstitucional a “audaciosa tentativa caçadora”.

Nem todos, porém, tinham a mesma percepção. O partido estava “dividido pelo anticomunismo extremado, disposto a saltar sobre qualquer obstáculo democrático, e também pelo governismo incurável de certas facções estaduais, os chamados ‘chapas brancas’” (ARINOS, 1965, p. 116-117). Aprovado por 179 a 74, o projeto rachou literalmente a UDN, que deu seis votos para cada posição. Votaram a favor Juraci Magalhães, João Cleófas, Rui Santos, Argemiro de Figueiredo, Arruda Câmara e Flores da Cunha. Os contrários, além de Arinos, foram Soares Filho, Prado Kelly, Ernani Sátiro, José Augusto e Gabriel Passos (PICALUGA, 1980, p. 134). O mais exaltado defensor da cassação entre os udenistas era o deputado Juraci Magalhães.

Lembro-me bem de Juraci, no dia da votação final, sentado no meio do recinto entre um grupo decidido de correligionários. A certa hora levantou-se e gritou para a bancada comunista, do outro lado: “hoje não vim trocar votos, vim trocar balas...” (ARINOS, 1965, p. 118-119).

Coronel do exército, o parlamentar acreditava que a medida facilitaria os entendimentos da UDN com o presidente Dutra. Além da ingerência dos militares na questão, sua posição também era reveladora do profundo anticomunismo que já tomava conta do partido. Para Afonso Arinos (1965, p. 117-118), era natural que o representante baiano se sentisse atraído pela solidariedade aos seus colegas de farda. “Mas, com o seu prestígio e a sua combatividade, Juraci arrastara vários correligionários, e dera autoridade à dissidência formada”.

Era das maiores batalhas parlamentares que assistira no Congresso. Quando o projeto chegou à Câmara, a maioria – “pressionada pelo governo combinado com o elemento

militar” – já estava, àquela altura, disposta a votar pela aprovação da “lei espúria”. Arinos também se incomodou com a pressão dos comunistas. Sentia-se embaraçado diante do que lhe pareceu ser coação. Por isso, apresentou seu segundo voto, vencido, na Comissão de Justiça mais curto que o primeiro. O cerne de sua argumentação era o princípio de que o parlamentar representava o povo, e não o partido. Todavia, em suas memórias, escritas poucos anos após o evento, a contundência em torno do raciocínio que teria apresentado não é tão grande quanto a que relata numa entrevista concedida décadas mais tarde:

Usei de tudo (...) argumentei que não se podia confundir a posição do partido com a representação do deputado. O deputado não é responsável pelas posições do partido a que está filiado, mas representa os interesses daqueles que votaram nele (CAMARGO, 1983, p. 128).

A lei foi sancionada já em 7 de janeiro, quando a maioria “liquidou a questão”. Os “caçadores” rapidamente levaram o documento para o presidente Dutra, “que os esperava ansioso. Tal como a Princesa Isabel, no dia da abolição... (sic)” (ARINOS, 1965, p. 117-119). O episódio da cassação também elucida características interessantes do legalismo udenista, “enraizado nos valores do liberalismo clássico” (BENEVIDES, 1981, p. 67).

Arinos ficou indignado com o desfecho da situação. Nesse sentido se mostra bastante enfático: apresenta detalhes a respeito de sua “vigorosa” atuação na Comissão de Justiça, aponta os colegas “caçadores” mais comprometidos com o anticomunismo, bem como suas razões, e chega a ironizar a etapa derradeira do processo – a despeito do paralelo histórico um tanto impreciso. Mas e o procedimento anterior às batalhas no Congresso? Arinos em nenhum momento questiona a atitude do Judiciário, que cancelou o registro de funcionamento do PCB. Sua omissão é sintomática. Revela uma espécie de legalismo seletivo ou pragmatismo dúbio.

Nas mesmas circunstâncias, uma afirmativa do autor sobre a patrulha udenista em torno da famigerada “integridade constitucional” corrobora nossa impressão: “há momentos, na vida dos povos, em que o formalismo jurídico não é atitude acadêmica, mas honestamente realista”. Em 1948, portanto, já acostumado e “ajustado, sem esforço” aos “três aspectos da vida parlamentar” – político, jurídico (trabalho técnico na Comissão de Constituição e Justiça - CCJ) e oratório –, procurava ser franco com os colegas e consigo mesmo, o que não lhe dava motivo para confrontar as diretrizes básicas da UDN. “Na tribuna do plenário procurava unir força persuasiva, peculiar ao estilo oratório, com os fundamentos jurídicos em certos casos de rendimento político para o partido” (ARINOS, 1965, p. 131). Isto por conta do ainda pouco distanciamento em relação ao Estado Novo.

O partido corresponderia, na maioria de suas bancadas e diretórios, a ideais contrários à ditadura. Destarte, Arinos (1965, p. 128) tinha uma visão bastante peculiar, que nos parece contraditória, senão distorcida, no mínimo, do papel udenista naquela época: “(...) simbolizávamos o reinado da lei e a luta contra a corrupção. Ideais burgueses, ideais de elite, podemos reconhecer, mas, dadas as condições do tempo, posições modernas e, mesmo, progressistas”.

Na sequência, veio uma longa disputa para ocupar as vagas deixadas pelos cassados. As posições sobre a melhor fórmula para solucionar a questão eram muitas. O imbróglio se arrastou por meses. Cada agremiação, evidentemente, almejava tirar proveito da situação. Arinos (1965, p. 136) foi incumbido de avaliar a questão pela UDN. Segundo ele, os mais ávidos pelas vagas eram os seus adversários: “o partido de Dutra e o partido de Vargas se dispunham a repartir os despojos da caça”.

Embora reconheça que sua participação tivesse, além de técnico, também caráter político, o então parlamentar adverte que, para ele, a paixão política não era determinante, e, portanto, sua ação não era desvinculada de raciocínio e convicção. Assim, votou contra o parecer de Gustavo Capanema (PSD), que considerava os votos dos comunistas brancos ou nulos, e sugere que, na impossibilidade de novas eleições, as cadeiras dos cassados não fossem ocupadas. Respondendo ao pessedista, que apontava a omissão da Carta Magna a respeito da matéria, argumentou que a proposição discutida era inconstitucional porque não contemplaria sufrágio direto, secreto e proporcional⁶.

Mas o problema acabou sendo adiado pela maioria, e entrou em “ponto morto”. A questão retornou à baila somente em janeiro, numa sessão extraordinária. “As resistências e obstruções da UDN não prejudicariam posições sérias da maioria naquele início de ano”, reconhece o autor (ARINOS, 1965, p. 136-139). Depois de mais alguns dias de discussões acaloradas, em 24 de fevereiro houve a votação final. O projeto aprovado foi o da maioria, que não previa eleição. No entanto, a atitude foi rejeitada pelo STE, assim as cadeiras só puderam ser assumidas após outro pleito (BENEVIDES, 1981, p. 65). Arinos (1965, p. 140), que no dia foi à tribuna em nome da UDN por delegação de seu líder, comemorou a decisão:

O Tribunal, que se omitira no dever de marcar eleições, agiu como se impunha na emergência. Declarou inconstitucional a lei do Congresso, o que nada contribuiu para o prestígio deste. As vagas, como de direito, acabaram sendo providas por eleições.

No ano de 1949, Arinos foi ainda menos à tribuna que nos anteriores. O luto pela morte trágica de seu irmão, assassinado num assalto, e o empenho nos estudos para o

⁶ A *Manhã*, 15/09/48, p. 7. A questão despertou muito interesse. No dia seguinte, vários jornais publicaram integralmente o longo voto de Arinos na CCJ.

concurso que prestou para a Faculdade Nacional de Direito consumiram muito de seu tempo. Mas já em abril fez um dos estudos que mais lhe custaram, em toda a sua vida de escritor, professor e parlamentar. Foi designado relator na Comissão Especial formada para emitir um parecer sobre uma emenda parlamentarista. Quem designou Arinos foi o presidente da Comissão, seu “mestre e velho amigo” Otávio Mangabeira, “presidencialista inamovível”.

A proposta fora reapresentada no mês anterior pelo deputado Raul Pilla (PL). Isso num momento em que o presidencialismo do Brasil estava desprestigiado entre os setores liberais. A posição de Arinos, contrária à emenda, como a da maioria da comissão, prevaleceu ao longo dos debates. Seu relatório à época tornou-se o parecer oficial. O documento condenava a reforma “aventureira” e “alarmista” e, “coerentemente”, defendia “o presidencialismo de acordo com uma concepção acerca das dimensões da política e da real importância relativa de suas formas” (LATTMAN-WELTMAN, 2005, p. 66).

O retorno do “caudilho”

A chegada do pleito de 1950 evidenciou o fracasso do Acordo Interpartidário. Tentativas foram realizadas a fim de aglutinar forças em torno de um nome comum. Walter Jobim, governador do Rio Grande do Sul, em meados de 1949, sugeriu uma solução pacífica para o impasse. O resultado da “fórmula Jobim”, porém, foi o enfraquecimento ainda maior do Acordo. Já no início de 1950 veio uma proposta alternativa, fruto de entendimentos entre o presidente Dutra e o governador Milton Campos. A “fórmula mineira” visava indicar um candidato oriundo de Minas Gerais, um colégio eleitoral respeitável, para agregar o maior número possível de correntes partidárias (D’ARAÚJO, 1992, p. 64). Entretanto, o desinteresse dos partidos impediu o avanço da ideia.

Separados em nível nacional, PSD e UDN também queriam o Palácio da Liberdade. Esta, em especial, estava muito longe do consenso. Milton Campos, José Américo e Otávio Mangabeira defendiam Afonso Pena Júnior, candidato da “fórmula”; Prado Kelly, Odilon Braga e, principalmente, Juraci Magalhães, por outro lado, conspiraram em prol da candidatura do General Canrobert Pereira da Costa, Ministro da Guerra; Gabriel Passos trabalhou pelos pessedistas da “ala liberal”; Flores da Cunha queria Osvaldo Aranha... Não surgiu, portanto, um candidato sequer de “coalizão nacional” (DULCI, 1986, p. 101).

Ao mesmo tempo, Vargas, então senador, surgia como provável candidato oposicionista pelo PTB. Ao longo de 1950 o rumor em torno de seu regresso só cresceu. Logo seu nome foi confirmado e a campanha ainda contou com a ajuda do prestigiado Adhemar de Barros, governador de São Paulo. O PSD indicou Cristiano Machado e o PSB, João Mangabeira. A despeito da perspectiva negativa, a UDN acabou insistindo em uma nova candidatura de Eduardo Gomes. Segundo Arinos (1965, p. 128), o Brigadeiro ainda simbolizava, na sua mentalidade e na sua vida, o ideal moralizador da UDN, “uma força real e moderna, capaz de situar um partido político no dinamismo do seu tempo histórico”.

Nas disputas internas, os “intransigentes” superaram os “realistas”. Era a reedição da “campanha do lenço branco”, porém menos animadora que a primeira. A popularidade do Brigadeiro foi ainda menor que em 1945 (BENEVIDES, 1981, p. 75). Ao contrário de Getúlio, que naturalmente tinha forte apelo social, o candidato da UDN não aproveitou a insatisfação popular com o governo. O discurso liberal acerca de questões econômicas – até mesmo contra o salário mínimo – e a imagem de conservador por conta do apoio de antigos integralistas, então agrupados no PRP, enfraqueceram ainda mais sua jornada (SKIDMORE, 2010, p. 111). Décadas mais tarde, no entanto, Arinos (1976, p. 111) reconsidera sua posição em favor do Brigadeiro. Comparando a conjuntura de 1950 com a de 1945, analisa o quadro sugerindo que o partido era ideologicamente anacrônico:

Também erroneamente, a UDN isolada, recorreu a uma nova candidatura de Eduardo Gomes, na ilusão de que os fatores determinantes da primeira derrota se houvessem modificado. Haviam realmente se transformado, mas no sentido contrário às ilusões dos udenistas, demasiado presos a um legalismo formal e contrários a uma renovação econômica e social. Este foi, sempre, o drama do grande partido liberal, pois seu liberalismo não era do século XX. A eleição de Vargas era previsível desde meados do ano, para qualquer observador desapaixonado.

Indagado sobre a possibilidade de escolherem outro nome, visto que era óbvio que Gomes não tinha o perfil adequado para a disputa, Arinos respondeu, hesitando, que seu grupo não tinha condição de combater a ideia, já que foi uma espécie de determinação de “certos elementos” próximos ao Brigadeiro. Teria sido Prado Kelly, “mais ou menos”, quem determinou essa postura devota a ele, e ninguém tinha intenção ou capacidade para questioná-la. Sendo assim, a UDN teria escolhido mal seu candidato, por isso chegaria ao fim da campanha resignada com o fracasso (CAMARGO, 1983, p. 135). E os resultados não surpreenderam. Vargas amealhou 48,7% dos votos. O Brigadeiro ficou com 29,5%, Cristiano Machado, 21,5%, e João Mangabeira, 0,1%. No Congresso, a UDN ficou com cerca de 25% das cadeiras, elegendo 81 deputados e 15 senadores (DULCI, 1986, p. 103).

A vitória de Getúlio foi imediatamente absorvida pelos setores econômicos, militares e políticos sem grandes objeções. Exceto da UDN. Embora fosse previsível, o novo fracasso deixou os udenistas ainda mais frustrados que no anterior. Agora o algoz era o seu maior adversário. Logo após a eleição, ainda no mês de outubro, o líder Soares Filho, lúcido, atribui a derrota ao fracasso do Acordo Interpartidário, bem como às divisões ocasionadas por interesses estaduais.

Contudo os “intransigentes”, contrários à aproximação com Dutra, tomaram a dianteira do partido. Exigiam uma medida que impedisse a posse de Vargas. Segundo eles, portanto, o povo teria se equivocado. Aliomar Baleeiro apresentou um recurso jurídico para anular o pleito. Alegou que o vencedor não teria alcançado a maioria absoluta do total de votos. Sendo assim, as alternativas seriam o presidente ser eleito pelo Congresso ou a realização de uma nova disputa entre Getúlio e o Brigadeiro, os dois mais votados. “Tratava-se, então, no velho estilo das elites autoritárias, de ‘consertar o erro’. Tinha início o primeiro ato de uma encenação que se tornaria rotina na prática udenista: a contestação dos resultados eleitorais” (BENEVIDES, 1981, p. 82).

Destarte, a campanha pós-eleição, para a UDN, foi a da maioria absoluta, sempre apoiada por boa parte da imprensa. O partido também buscou guarida entre as Forças Armadas, porém não obteve êxito. As discussões no Congresso, lideradas também pelo PL, seguiram até janeiro de 1951. Raul Pilla havia apresentado, já na Constituinte, uma emenda acerca da maioria absoluta, mas a proposta foi rejeitada (BENEVIDES, 1981, p. 83). No dia 18 deste mês, o TSE resolve a questão em favor de Getúlio. Dessa forma, a campanha exacerbou os ânimos políticos da fase sucessória. Na UDN, entretanto, o principal efeito foi reforçar a hostilidade diante de Getúlio e de tudo o que ele representava (DULCI, 1986, p. 104). Seja como for, as razões para manifestar essa revolta diante de resultados provenientes de normas democráticas revelam a dificuldade de nossas elites aceitarem uma concepção não consensual de representação, sendo incapazes de operá-la num ambiente de livre disputa entre seguimentos políticos.

Mesmo atuando como professor e escritor, Arinos conseguiu renovar seu mandato. Em suas memórias, escritas em fins de 1963, considera o triunfo “espetacular” de Vargas em 1950 uma resposta contundente do eleitorado aos partidos, sobretudo aos conservadores, como o PSD e a sua UDN. “Foi o início do processo, ainda em curso, da transformação das bases da democracia representativa, entre nós” (ARINOS, 1965, p. 176).

O autor, porém, não faz qualquer menção às manobras de seus colegas no sentido de impedir a posse de presidente eleito. Perguntado, anos depois, se havia participado, ou

ao menos sabia de algo, se mostrou surpreso e apenas negou. Diante da insistência do entrevistador, Arinos comentou sobre uma questão que lhe era mais conveniente – a tese encampada por seu amigo Raul Fernandes sobre a não validade dos votos dos comunistas: “Essa conspiração era como o fundo de um iceberg, (...) tornava nula a eleição do Getúlio usando uma argumentação estranhíssima (...) Nessa história eu nunca entrei, sempre achei-a muito ruim” (CAMARGO, 1983, p. 137).

Em 1951, Arinos assume a vice-liderança do partido na Câmara, junto a Êrnani Sátiro e Luís Garcia. No mesmo ano foi coroado com a aprovação da sua iniciativa de “maior repercussão social” em todo o seu percurso no Congresso: a lei que levaria o seu nome. A medida considerava contravenção penal atos motivados por preconceito de cor ou de etnia⁷. Sensibilizado pelas discriminações sofridas por seu próprio motorista e pelo caso de uma bailarina americana barrada num hotel do Rio de Janeiro, em 1950, Arinos apresentou o projeto (CAMARGO, 1983, p. 207). Após tramitar pelo Congresso, em junho o projeto chegou às mãos do presidente.

Na época, Arinos soube por Negrão de Lima, então Ministro da Justiça, que Getúlio duvidava da boa-fé da lei, considerando-a “demagogia da UDN”. É natural que o parlamentar tenha se irritado, mas ele ficou realmente desconcertado é com a repercussão após a lei ser sancionada. A Agência Nacional e setores da imprensa chamaram-na “Lei Getúlio Vargas”, homônima a outra de proteção ao trabalho de artistas. Ressentido diante do que tachou de “manobra safada” da “imprensa áulica” e dos “pelegos”, Arinos (1965, p. 181) ainda tenta mostrar indiferença dizendo simplesmente que não se importou. Em seguida, porém, não resiste:

Seria muito fácil provar em discurso que a lei correspondia ao texto do meu projeto e que este fora apresentado três meses antes da eleição de Getúlio e sete meses antes de sua posse (...). Não reagi, assim, à malta salafária que visava transferir para o presidente a repercussão favorável encontrada pela minha lei.

O autor ainda salienta que foi defendido “espontaneamente” por “grandes nomes das letras e do jornalismo”, citando minuciosamente cada um dos artigos. Após esse misto de advertência, desabafo e arroubo possessivo, Arinos retoma o entusiasmo a fim de exaltar o próprio feito. O congresso, segundo ele, teria aprovado uma “lei autêntica”, inédita, que ficaria marcada após mudanças políticas, econômicas e sociais, sendo, enfim, um eco na “voz da História” (ARINOS, 1965, p. 184).

Precisando superar a crise de confiança de seus primeiros dias no poder, Vargas adotou um tom conciliatório para fazer a composição ministerial. O “ministério da

⁷ Lei Nº 1.390, de 3 de julho de 1951. Disponível em: <http://planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L1390.htm> Acesso em: 22/07/15.

experiência” queria inserir a oposição no governo e acalmar determinados setores militares. A estratégia visava criar um pacto de união nacional para ter maioria no Congresso (D’ARAÚJO, 1992, p. 118). Na UDN, contudo, a postura majoritária era de intransigência, embora sua primeira convenção após a posse de Getúlio, em 24 de abril, tenha determinado que o combate ao governo não seria violento, “irracional”. Otávio Mangabeira, por exemplo, defendia a oposição sistemática. Havia o temor da “desmoralização” proveniente de acordos mais comprometedores, bem como da possibilidade de crescimento do adhemarismo, cujo líder havia fomentado a campanha vitoriosa. Os mesmos que partilhavam dessas perspectivas também se aproximavam de militares igualmente hostis ao governo (BENEVIDES, 1981, p. 84).

Por outro lado, Afonso Arinos e Odilon Braga, entre outros que, para a situação, eram o “grupo sadio” da UDN, entendiam que era possível uma colaboração programática, e não pela barganha de cargos. O grupo condicionava a participação, entre outros fatores, a uma “sinceridade de propósitos”. Dariam apoio “sincero”, mas indireto ao governo. Percebe-se, então, que nesta circunstância:

O posicionamento da UDN orienta-se fundamentalmente por dois aspectos: pelo cálculo político quanto às chances de vir a tornar-se governo pelas vias democráticas e por uma expectativa diferenciada dentro do próprio partido quanto ao comportamento das Forças Armadas em relação ao Governo (...) a aliança com os militares já é cultivada, mas ainda não se apresenta como única alternativa para fazer frente ao Governo constituído e impor a rearticulação das regras e diretrizes consideradas essenciais para os objetivos udenistas (D’ARAÚJO, 1992, p. 122-123).

Mas antes mesmo da convenção de abril, o presidente já havia nomeado um udenista. O deputado pernambucano João Cleófas assumiu a pasta da Agricultura. Entre os motivos para a escolha pode-se apontar a tradição de entregar o Ministério a um Estado do Nordeste e, principalmente, um compromisso eleitoral. Vargas tinha um acordo com Cleófas, que perdera a eleição estadual para Agamenon Magalhães (PSD), que, por sua vez, apoiou Cristiano Machado no plano nacional (DULCI, 1986, p. 108). Embora esperado pela seção regional, o convite foi visto com restrição pela direção nacional, que se apressou em esclarecer que não assumiria nenhum compromisso com o governo.

As repercussões não tardaram. Instalou-se uma celeuma na UDN nacional acerca da participação no governo. Entre os vários grupos, a divisão mais nítida opôs “autonomistas” e “adesistas”. Já no fim de 1951, Getúlio encontrou mais uma fresta entre os udenistas. A oportunidade de aproximação veio da parte mineira, que em contrapartida receberia um Ministério, provavelmente o da Educação. “O governo esperava que esse arranjo trouxesse

a adesão de outras seções udenistas, o que pressionaria a direção nacional para uma composição definitiva” (D'ARAÚJO, 1992, p. 121).

Considerações finais

Nesses anos iniciais de vida parlamentar, em que pese a característica de frente da UDN, com quadros e posições bastante difusos, observa-se que Arinos esteve frequentemente de acordo com a linha de oposição moderada adotada pelo partido. O bacharel foi bacharel. Seu envolvimento nos primeiros embates políticos foi discreto: viu o Acordo Interpartidário e a conseqüente aproximação do governo Dutra com bons olhos por afastar o “caudilho” Vargas – sentimento que unificava a agremiação; e defendeu em tom meramente legalista os mandatos dos parlamentares comunistas numa disputa que, em termos de UDN, ficou rigorosamente empatada. Nesta circunstância, entretanto, sua participação foi mais efetiva por dever de ofício. No mesmo caso, há a impressão, transmitida pelo próprio autor, de que se tratou de uma discussão estritamente jurídica e que, por isso, ele pôde ficar mais à vontade. Porém se sabe que, na realidade, a questão foi motivada fundamentalmente por ordem ideológica.

Quem concebia a política como um destino sugerido pelo irmão Virgílio, e não uma vocação, logo se reelegeu. O momento, contudo, era diferente do que encontrou ao adentrar o Palácio Tiradentes, em 1947. A tese de união nacional tinha desabado e a agremiação foi tomando outra forma. O que era frente passou a ganhar contornos de partido. Contribuiu decisivamente para isso a polêmica oriunda do Acordo Interpartidário, refletindo a perda de coesão interna da UDN. O grande fator de aglutinação voltou a ser o antigetulismo. Agora, porém, Arinos estava entre os que adotaram a postura de entendimento condicionado diante dos apelos do presidente.

Certo era que tal comportamento lhe traria sérias dificuldades, ainda que se mantivesse como “só mais um” na UDN. Nesse momento, entretanto, o parlamentar intensifica sua atuação. Após ter aprovada uma lei para chamar de “sua”, recomendou-se para a liderança do partido. O alcance desse posto, a despeito dos, e principalmente pelos infortúnios que trazia – dentro e fora do partido – não seria considerado, para o bacharel, apenas mais uma conquista em sua carreira, mas o próprio início dela.

LOS PASOS INICIALES: EL NACIMIENTO DE LA UDN Y EL PRIMER MANDATO AFONSO ARINOS EN EL PARTIDO (1945-1951)

Resumen: Este artículo analiza los primeros años de la carrera de Afonso Arinos en UDN. Exhibimos el actor político, citando el retorno de la democracia después de lo Estado Novo y la creación del partido. Así llegan los primeros años en el partido, haciendo oposición moderada al gobierno Dutra, y, especialmente, las primeras diferencias internas con compañeros. Por último, el crecimiento de la "popularidad" de Arinos entre parte de sus correligionarios y cómo se comportaba contra el retorno al poder del más grande adversario político de la UDN. Reafirmamos que, aunque no tiene Arinos perfil combativo, los conflictos dentro y, especialmente, fuera del partido lo motivó a seguir su carrera parlamentaria.

Palabras clave: Afonso Arinos. UDN. Udenismo.

Referências

ARINOS, Afonso. *A Alma do tempo*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1961.

_____. *A Escalada*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1965.

_____. *Planalto*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.

_____. *História e Teoria dos Partidos Políticos no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1974.

_____. *A Câmara dos deputados (Síntese Histórica)*. Brasília: Centro de Documentação e Informação, 1976.

BARROS, José D'assunção. História política: da expansão conceitual às novas conexões interdisciplinares. *Opsis*, Catalão, v. 12, n. 1, 2012.

BERSTEIN, Serge. Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (org.). *Para uma História Cultural*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 349-363.

_____. Os partidos. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2014.

CAMARGO, Aspásia et al. (Org.). *O intelectual e o político: encontros com Afonso Arinos*. Brasília: Senado Federal/ Cpdoc/ FGV/ Dom Quixote, 1983.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *O Segundo Governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política*. São Paulo: Ática, 1992.

DULCI, Otávio Soares. *A UDN e o anti-populismo no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 1986.

DUTRA, Eliana de Freitas. História e culturas políticas – definições, usos, genealogias. *Varia História*. Belo Horizonte, n. 28, p. 13-28, 2001.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (org.). *O Brasil Republicano 3*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (org.). *O Brasil Republicano 3*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 13-46.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A Nova “Velha História”: o retorno da História Política. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 265-271, 1992.

GOMES, Ângela de Castro. Cultura Política e Cultura Histórica no Estado Novo. In: ABREU, M.; SOIHET, R.; GONTIJO, R. (org.). *Cultura Política e Leituras do Passado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Faperj, 2007.

GRILL, Igor. As múltiplas notabilidades de Afonso Arinos: biografias, memórias e a condição de elite no Brasil do século XX. *Revista de Sociologia e Política*, v. 23, n. 54, 2015.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. *A Política Domestizada: Afonso Arinos e o colapso da democracia em 1964*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

MELO FRANCO, Virgílio. *A Campanha da UDN*. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1946.

MOTTA, Marly Silva da. O relato biográfico como fonte para a história. *Vidya*, Santa Maria, nº 34, jul./dez. 2000.

PICALUGA, Izabel Fontenelle. *Partidos políticos e classes sociais: a UDN na Guanabara*. Rio de Janeiro: Vozes, 1980.

RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. Rui Barbosa e o bacharelismo liberal. In: BARRETO, Vicente; PAIM, Antônio (org.). *Evolução do Pensamento Político Brasileiro*. São Paulo: USP, 1989, p. 166-178.

SALDANHA, Nelson. Rui Barbosa e o bacharelismo liberal. In: CRIPPA, Adolpho (org.). *As Ideias Políticas no Brasil*. São Paulo: Convívio, 1979, p. 94-122.

SILVA, Heber Ricardo da. A democracia ameaçada: repressão política e a cassação do PCB na transição democrática brasileira (1945-1948). *Histórica* – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo. v. 1, n. 39, p. 62-72, 2009.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castello (1930-1964)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOBRE O AUTOR

Ramonn Rodrigues Magri é mestrando em História pela Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ).

Recebido em 22/04/2016

Aceito em 04/06/2016